

É possível produzir mais alimentos na Amazônia sem desmatar, diz estudo



É possível **reduzir o desmatamento na Amazônia** e, ao mesmo tempo, **aumentar a produtividade de alimentos** no País. Essa é a conclusão de um estudo divulgado pela revista *Science*, realizado pelo Instituto de Inovação da Terra e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia ([Ipam](#)).

Os pesquisadores analisaram as **taxas de desflorestamento do bioma brasileiro** durante cerca de dez anos e a produção de soja e carne bovina na Amazônia Legal, que compreende todos os Estados da **Região Norte**, além de Mato Grosso e parte do Maranhão.

Segundo o artigo, a média anual de desmate até 2005 era de 19.500 km² e caiu para 5.843 km² em 2013. Enquanto isso, a **produção de soja** subiu de 16,3 milhões de toneladas em 2004 para 25,51 milhões de toneladas, em 2012. O **rebanho bovino** aumentou de 50,21 milhões de cabeças de gado para 79,6 milhões no mesmo período.

De acordo com os cientistas, isso foi possível devido a esforços entre o Governo Federal e o setor agropecuário, que criou iniciativas como a Moratória da Soja e aderiu a programas de fiscalização, como o “Carne Legal”.

No entanto, para os autores, é preciso **integrar mais o público e o privado**, além de estudar formas de beneficiar agricultores que mantêm as florestas em pé em suas propriedades.

PARCERIA

Do lado público, a fiscalização e o combate ao desmatamento ilegal foram reforçados com a **criação da lista negra** das cidades que mais devastam a Amazônia, iniciativa criada em 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente para coibir o avanço do desmate. Os municípios incluídos sofrem sanções como a não liberação de crédito agrícola a produtores rurais.

Do lado privado, a Moratória da Soja, em vigor desde 2006, impede que novas áreas de floresta sejam derrubadas para o plantio do grão e proíbe quaisquer negociações de grandes empresas brasileiras e estrangeiras com aqueles que descumprirem a norma.

Já o **Carne Legal**, idealizado pelo Ministério Público Federal e que conta com cem indústrias frigoríficas, tem a missão de desestimular consumo de carne produzida com a prática de desmatamento e fiscalizar empresas que criam gado em áreas de preservação.

Segundo Daniel Nepstad, principal investigador do estudo, as medidas, tanto do governo, quanto dos setores alimentícios, são louváveis, mas precisam ser integradas e reforçadas para que o desmatamento seja zerado e a floresta não sofra a pressão que pode existir por conta do crescimento da demanda por

alimentos.

Ele cita que é necessária a implantação de metas regionais de combate ao desmatamento, no intuito de que os municípios zerem suas taxas até 2020, com participação das empresas. “Tendo uma abordagem territorial e estadual simplifica essa agenda de sustentabilidade”.

Ane Alencar, diretora do programa Cenários para a Amazônia do Ipam, reforça a ideia de que uma aliança entre a indústria de commodities e as políticas públicas é uma oportunidade de exigir do mercado que o Código Florestal seja aplicado.

“Difícilmente políticas baseadas no comando e controle vão conseguir sozinhas controlar o avanço do desmatamento em um cenário de alta das commodities”, explica a coautora.

INCENTIVOS POSITIVOS

Um outro ponto citado pela pesquisadora refere-se à necessidade de conceder incentivos positivos aos agricultores que estão agindo de **maneira correta no plantio** dentro da Amazônia Legal.

Segundo ela, a facilitação do acesso a crédito, por exemplo, seria uma forma de compensar produtores que sempre estiveram dentro da lei e, desta forma, evitar um possível desmate no **bioma**.

“Como o Código Florestal veio e anistiou vários produtores que desmataram ilegalmente, é preciso dar um ‘prêmio’ a quem sempre fez o certo. Senão fica a sensação de que ‘preservei minha floresta, dentro da lei, e o cara que desmatou aqui do lado ganhou dinheiro e ainda foi anistiado’”, explica Ane.

BALANÇO DO DESMATAMENTO

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ([Inpe](#)) em novembro passado apontaram que foram desmatados 5.843 km² no período de agosto de 2012 a julho de 2013 na Amazônia Legal, número 27,8% maior que no período anterior, quando foram registrados 4.571 km² de áreas derrubadas.

Apesar de ter crescido, a taxa de 2013 é a segunda mais baixa da história. O recorde foi em 2012, quando a Amazônia Legal registrou desmatamento de 4.571 km².

Em relação a cada estado, a maior área desmatada foi no Pará, que derrubou 2.379 km², 37% a mais do que em 2012. No entanto, o maior aumento de desmate (52%) ocorreu em Mato Grosso, onde 1.149 km² de floresta foram cortados.

Fonte: G1